

RUPTURAS NOS PARADIGMAS DA BRANQUITUDE: A ATUAÇÃO DE PESSOAS BRANCAS NA LUTA ANTIRRACISTA NO SÉCULO XXI

BREAKING PARADIGMAS OF WHITENESS: THE ROLE OF WHITE PEOPLE IN THE ANTI-RACIST STRUGGLE IN THE 21ST CENTURY

Geovanna Moraes de Almeida¹
Flávia Rodrigues Lima da Rocha²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo socializar uma análise sobre a inferência da branquitude no processo de construção histórica do racismo na sociedade brasileira, rememorando o período de colonização, bem como elencar através de um diálogo entre as fontes, as possibilidades e viabilidades que os brancos possuem para romper com paradigmas colonialistas impostos. Como subsídio para a discussão proposta, buscou-se corroborar em Bento (2002), Carreira (2018), Cardoso e Muller (2017), sobretudo em Cardoso (2010) e (2008) com sua importante postulação sobre o conceito de branquitude e suas duas categorizações: crítica e acrítica. A metodologia adotada fora uma pesquisa exploratória e descritiva para o levantamento de dados acerca da problemática. Além disso, esta pesquisa apresenta uma análise de dados obtidos por intermédio de entrevistas orais com mulheres brancas ativas na luta antirracista. Como resultado destas entrevistas, constatou-se que pessoas brancas que se reconhecem como sujeitos dotados de privilégios advindos do racismo estrutural, questionam essa realidade e buscam conhecimento sobre a temática étnico-racial possuem um papel fundamental na luta por igualdade racial.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude. Racismo. Antirracismo. Luta contra o racismo. História.

ABSTRACT

The present work aims at socializing an analysis about the inference of whiteness in the process of historical construction of racism in Brazilian society, going back to the colonization period, as well as listing through a dialogue between sources the possibilities and viabilities that white people must break with imposed colonialist paradigms. Bento (2002), Carreira (2018), and Cardoso and Muller (2017) were used as subsidies for the proposed discussion, especially Cardoso (2010) and (2008) with his important postulation on the concept of whiteness and its two categories: critical and uncritical. The methodology used was exploratory and descriptive research to collect data on the problem. In addition, this work will expose an analysis of data obtained through oral interviews with white women active in the anti-racist struggle. As a result of these interviews, it was found that white people who recognize themselves as subjects endowed with privileges resulting from structural racism, question this reality and seek knowledge about the ethno-racial theme, have a fundamental role in the struggle for racial equality. (Fonte 10).

KEYWORDS: Whiteness; Racism; Anti-racism; Fight against racism; History.

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). Acadêmica de mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Ufac (PPGLI/Ufac). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: almeidag12moraes@gmail.com.

² Professora Adjunta de História no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH/Ufac). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Ufac (Neabi/Ufac). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com José de Assunção Barros (2008) em um projeto de pesquisa faz-se necessário estabelecer “um problema investigado” (BARROS, 2008, p.6). Nesse sentido, a pauta a ser trabalhada nesta pesquisa está intrínseca a questão da atuação de pessoas brancas na luta antirracista no século XXI, problemática de extrema relevância como se verá a posteriori.

É inquestionável que existe racismo no Brasil, considerando que fora construído sob um cerne racista. Desde o século XVI, principalmente, se constituíram intensos e permanentes movimentos de resistência negra em todo o percurso da história. Apesar disso os reflexos e manifestações da discriminação racial ainda são presentes hodiernamente - mesmo que em alguns casos sejam de forma velada.

Pesquisas recentes, realizadas pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), demonstram que a população negra enfrenta os piores índices sociais, sendo ela a protagonista das condições mais precárias de subsistência. As taxas de desemprego, mortalidade, pobreza e encarceramento são elevadas para pessoas negras. Diante do que foi exposto, verifica-se que o fato da nação possui em suas entranhas o racismo advindo do olhar de superioridade do colonizador europeu ao deparar-se com o “outro” (nesse contexto, leia-se negros africanos escravizados), julgando o que via como sendo sua antítese, aquele que precisava ser combatido ou até mesmo “purificado”.

Conforme Kátia de Queirós Mattoso (2003) reverbera, os colonizadores anglo-europeus tentavam a todo custo apagar a cultura e identidade dos africanos escravizados, promovendo rivalidade entre eles para impedir o surgimento de posteriores insurreições. Além disso, ainda de acordo com os escritos de Kátia de Queirós Mattoso (2003), estas pessoas trazidas para o Brasil eram tidas como propriedade, comprada e negociada por “seu senhor”, onde se equivalia a uma mercadoria de preço alto. Em outras palavras, eram rebaixados da condição humana para a de relés objetos.

Sendo assim, resultante de uma estrutura colonialista, desde o princípio os brancos foram postos no topo da hierarquia do poder, restando aos negros e negras a subalternidade. Parte daqui o princípio da branquitude como um lugar de privilégios de pessoas brancas. Ademais, Lourenço Cardoso (2008; 2010) vai dizer que a branquitude reporta-se à identidade racial branca, em outras palavras, a raça a qual os brancos são pertencentes.

No entanto, o racismo construído historicamente também pode ser desconstruído de igual forma. Para isso, é necessário que não só os negros se posicionem contra, como também os brancos tomem ciência de sua posição de regalias e colaborem com a luta antirracista.

A proposta de pesquisa parte da relevância social do debate acerca do papel de pessoas brancas na luta antirracista. Convém destacar que a pesquisadora deste projeto identifica-se como mulher branca que, embora não tenha dimensões e vivências do racismo em sua pele, compreende que o debate sobre as questões raciais é intrínseco ao estado democrático de direito, uma vez que onde houver racismo a democracia não encontrará espaço para imperar. Ademais, os brancos do século XXI também são reféns do legado colonialista, embora não sejam vitimados por ele. Portanto, podem (e devem) romper com paradigmas criados por seus antepassados, se engajando à luta pela igualdade racial por meio de posturas, estudos e pesquisas voltadas à epistemologia antirracista, pois como pondera Grada Kilomba “escrever é um ato de descolonização no qual se opõe a posições coloniais tornando-se escritor(a) validada(o), legitimada(o) e, ao reinventar a si mesma(o) nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada”. (KILOMBA, 2019, p. 28).

Outrossim, é essencial que se entenda que brancos possuem atuação efetiva na luta contra o racismo (ainda que não sofram em suas peles o peso dessa mazela) no momento que deixam de lado o mito da democracia racial e reconhecem a existência de desigualdades inerentes da estrutura social racista do país.

Semelhantemente, torna-se imprescindível que brancos se entendam como raça para que reconheçam, questionem e reflitam sobre o seu lugar na sociedade, pois em alguns casos, encontram-se tão absortos no racismo estrutural, que não conseguem enxergar suas prerrogativas validadas por causa de sua cor não retinta.

Por fim, é fundamental que se compreenda que é na branquitude onde reside o racismo em sua forma embrionária. Aqui se expressa a relevância acadêmica dessa proposta, porquanto através dela se obterá um prisma alicerçado na visão daqueles que se beneficiam da estrutura vigente. Sob esse viés tem-se aqui a necessidade de estudos acerca da branquitude em virtude da escassez de pesquisas em torno desse campo, o que é crucial ao se falar de relações raciais.

A pesquisa em questão apresenta como problemática: Qual o impacto da Branquitude crítica e acrílica na sociedade? E como questões de estudo as seguintes perguntas: O que é Branquitude? Como ela se construiu no processo de colonização? E quais práticas e posturas podem ser adotadas por pessoas brancas na luta contra o racismo?

Problemática essa que leva ao objetivo geral: analisar o impacto da Branquitude crítica e acrílica na sociedade. E como objetivos específicos: identificar o que é Branquitude, como ela se

construiu no processo de colonização, e compreender quais práticas e posturas podem ser adotadas por pessoas brancas na luta contra o racismo.

Para dar suporte estrutural ao projeto, recorre-se aos escritos de José de Assunção Barros (2008), “O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios”, e de Loiva Otero Félix (1998), com o texto “História e Memória: a problemática da pesquisa”.

Em segundo momento, obras como “Ser Escravo No Brasil”, de Kátia de Queirós Mattoso (2003), “Memórias ancoradas em corpos negros”, de Maria Antonieta Antonacci (2014), bem como “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”, de Grada Kilomba (2019), contribuíram para corroborar as práticas racistas apresentadas, do mesmo modo evidenciar as lutas e resistências de pessoas negras no Brasil.

No que diz respeito aos estudos acerca da Branquitude, os escritos de Lourenço Cardoso (2008; 2010) colaboram com o pressuposto apresentado pela presente pesquisadora sobre a irrefutável necessidade de estudos referentes à branquitude em vista da carência de pesquisas em torno desse campo, fato prejudicial para o debate concernente à temática étnico-racial. O autor pondera que “as pesquisas sobre a branquitude ao focar o branco em suas pesquisas, não propõem que se negligenciem as pesquisas a respeito da negritude, e sim, chamam a atenção e procuram preencher uma lacuna nas teorias das relações raciais”. (CARDOSO, 2010, p. 610)

Seguindo essa mesma perspectiva Maria Aparecida Bento (2002) vai dizer que:

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado. (BENTO, 2002, p. 6).

Retomando Lourenço Cardoso (2008; 2010), sua teoria de divisão da branquitude contribui generosamente para o embasamento desta pesquisa. Ao postular que “a identidade racial branca não se trata de uma identidade homogênea” (CARDOSO, 2008, p. 204-210), ele a divide em crítica e acrítica, escancarando a viabilidade da atuação de pessoas brancas na luta pelo fim da nossa sociedade racista quando se posicionam no lado crítico.

Dialogando com Cardoso (2008; 2010), Denise Carreira (2018) abordam especificamente sobre o lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista ao ponderar que “os corpos brancos na luta antirracista importam – como sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo” (CARREIRA, 2018, p.135). Sobre isso Lourenço Cardoso (2008) consente ao afirmar que:

O negro, ao reconstruir sua identidade racial, geralmente, elimina o traço de inferioridade que é atribuído à negritude (Munanga, 1988: 57-79). O branco poderia agir de forma semelhante, ao reconstruir sua branquitude, expurgar o traço de superioridade. Considero que mais importante do que a abolição da raça é a supressão do racismo (CARDOSO, 2008, p.175).

Por fim, e não menos importante, as contribuições de Lourenço Cardoso e Tânia Mara Pedroso Muller (2017) a partir da obra “Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil”, para compor e enriquecer o diálogo entre os autores.

A presente pesquisa que dá forma a este artigo adota como metodologia a pesquisa exploratória e descritiva para o levantamento de dados sobre a problemática, bem como a apresentação dos dados obtidos. Além disso, busca-se fazer uma análise de dados obtidos por intermédio de entrevistas orais com mulheres brancas ativas na luta antirracista.

Para a realização dessa metodologia, tem-se aqui o roteiro: 1) Levantamento bibliográfico geral sobre o tema; 2) Análise das bibliografias por temas; e 3) Levantamento de dados por intermédio de um formulário enviado via rede social às pessoas brancas atuantes na luta antirracista.

2 O QUE É BRANQUITUDE? COMO ELA SE CONSTRUIU NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO?

Para compreender o que é Branquitude e seus impactos, faz-se necessário apresentar uma breve contextualização da trajetória do negro em terras brasileiras, remontando o período de colonização, perpassando a história até a suposta abolição da escravatura e seus desdobramentos, levando em consideração a indissociabilidade de branquitude e racismo desde sua forma embrionária à sua forma sistêmica.

Segundo os escritos de Kátia de Queirós Mattoso (2003), no início do século XVI, o tráfico negreiro, fenômeno de estrondoso atraso para o desenvolvimento da Região Africana, se configurou como um ato criminoso, apoiando-se na retirada de povos africanos de suas terras e os colocando na condição de cativos com destino à escravidão no Brasil, nesse contexto. Esse traslado se dava por meio de navios que não ofereciam boas condições aos tripulantes: faltavam alimentos, água e o espaço era mínimo. Os longos e exaustivos dias com as míseras condições sanitárias causavam um aumento significativo na taxa de mortalidade das pessoas traficadas.

Para o colonizador branco e europeu que se julgava superior, os indivíduos negros não tinham outra função se não a de servir de mão de obra, por isso tentavam fazer com que eles se esquecessem de quem eram, suas culturas e de seus próprios nomes. Ainda, os submetiam a rivalidades contra gente do seu próprio continente para promover o seu controle sobre eles, pois

havia o temor de uma rebelião e uma fuga em massa, caso se unissem. Sobre esse fato, vemos um evidente traço da branquitude desde o início do que se entende por colonização: o medo daquele que o branco vê como sendo sua antítese o superar. Maria Aparecida Bento (2002) disserta “talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. (BENTO, 2002, p. 20).

Além disso, os africanos “sequestrados” eram tratados como produtos vendidos em prateleira, sendo muitas vezes animalizados, já que eram alimentados para parecerem mais “formosos” ao comprador, como se uma vida humana pudesse ser reduzida a um valor monetário. Também eram marcados com chagas na pele, como descreve Kátia de Queirós Mattoso (2003), assim poderiam carregar consigo o “carimbo” que lhe atribuía propriedade a outrem, semelhante à forma conduzida por um fazendeiro ao marcar seu rebanho de gado.

Outrossim, é importante pontuar que o motor para o sistema econômico vigente em meados da década de 1500 até, oficialmente, 1888 era o escravagismo (GORENDER, 1985). Portanto, a presença dos negros em condições escravas era o que movia a economia, fazendo com que o império resistisse à libertação dos escravizados até quando puderam, transformando o Brasil no último país americano a abolir com a escravatura.

Ao contrário do que se propaga, a abolição legal da escravatura em 1888 não foi um ato altruísta de uma monarquia benevolente, posto que após o feito os ex-escravizados não tiveram uma inserção efetiva na sociedade, sendo jogados à marginalidade. A adoção da Lei Áurea pela princesa Isabel foi literalmente o ditado “lei para inglês ver”, considerando a pressão da Inglaterra sobre o Brasil para a tomada desta decisão.

É relevante pontuar que somado à pressão da Inglaterra, haviam os intensos movimentos abolicionistas nascidos desde o primeiro negro que resistiu à escravidão, demonstrando que a negritude, em todo esse decurso, não se curvou subalternamente, houve resistência e muita luta. Os escravizados, apesar de serem submetidos ao esquecimento forçado de suas raízes, não se esqueceram de sua essência – humanos que mereciam dignidade. Sagazmente surgiram os capoeiras treinando a luta defensiva inteligentemente disfarçada de dança, e também houve a formação de quilombos³. Os quilombos dos Palmares, localizados na Serra da Barriga, então Capitania de Pernambuco, e do Quariterê, situado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, foram exemplos dessa modalidade, Zumbi, e Teresa de Benguela, grandes líderes, deram suas vidas em prol dos quilombolas.

³ Esconderijo constituído por escravizados fugitivos da escravidão, formando o que seria uma “resistência coletiva” (MATTOSO, 2003, p, 25) contra o colonizador.

Mas onde se encaixa a branquitude neste processo? Ela está personificada no colonizador branco europeu em cada segmento e desdobramento dos períodos aqui descritos, se utilizando das prerrogativas inerentes das estruturas sociais escravistas. Lourenço Cardoso, importante teórico da área, afirma que “[...] a branquitude refere-se à identidade racial branca, a branquitude se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global” (CARDOSO, 2010, p. 610-611). Sendo também “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo” (CARDOSO, 2010, p. 611).

Seguindo a mesma perspectiva supracitada, Joyce Souza Lopes (2013) versa que:

[...] a branquitude é um lugar de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas na dominação racial, é a concessão de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivos, e o/a branco/a, ainda que antirracista, não se isenta deste processo (LOPES, 2013, p.140).

O conceito de branquitude compreende-se, portanto, como um lugar de privilégios de pessoas brancas, legado de uma estrutura colonialista escravocrata, na qual desde os primórdios hierarquizou-se as raças, sobrepondo as pessoas brancas em detrimento das negras.

Sob esse viés, ao propor um conceito concreto acerca da branquitude e os sujeitos que a ela pertence, Lourenço Cardoso e Tânia Mara Pedroso Muller (2017), enfatizam o que foi anteriormente citado, afirmam que “ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais” (CARDOSO; MULLER, 2017, p.18).

Salientando os traços da identidade racial dos sujeitos brancos, ao ratificar as prerrogativas legadas da herança cultural racista do país, se expõe que:

Embora sejam esses os traços gerais desse conceito, adverte-se que ele não é homogêneo, podendo receber novas conformações. Dessa forma, é apropriado recorrer a estudos realizados no contexto brasileiro a fim de perceber como esse conceito tem se conformado em nossa sociedade. (CARDOSO; MULLER, 2017, p. 33).

Ainda, de acordo com Lourenço Cardoso (2008; 2010), em sua dissertação intitulada: *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007)*, outro traço da branquitude é a diversidade em sua composição, pois ela: “não se trata de uma identidade homogênea e estática porque se modifica no decorrer do tempo. De acordo com o contexto, por exemplo nacional, ser branco pode significar ser poder e estar no poder” (CARDOSO, 2008, p. 204-210).

Ao se afirmar que a identidade dos sujeitos brancos não é generalista, Lourenço Cardoso

(2008; 2010) propõe a divisão dessa em crítica e acrítica. Vai dizer que a acrítica diz respeito à Branquitude que não se importa e nem se constrange em ser racista, caso de grupos extremistas como a Ku Klux Klan, ao passo que a crítica busca se reconstruir dentro do que a história de seus ancestrais lhe impôs enquanto sujeito construído sobre uma herança de sangue e exploração de pessoas negras. Lourenço Cardoso (2010) ainda salienta que:

Como foi mencionado, a branquitude se expressa tanto desaprovando os privilégios obtidos com sua identidade racial quanto argumentando em favor da superioridade racial e pureza nacional. Se por um lado, a branquitude crítica não se preocupa com a reflexão de que possuem identidade racial, por outro lado, a branquitude acrítica propaga direta e indiretamente a superioridade e pureza racial branca (CARDOSO, 2010, p. 613-614).

O autor reitera a importância das categorias acima citadas na medida que expõe que dá mesma forma como é primordial pontuar-se diferentes práticas de racismo, também é de suma importância distinguir as pessoas dentro da própria Branquitude, sendo essa "uma das razões da nomeação da branquitude de forma distinta como branquitude crítica e branquitude acrítica" (CARDOSO, 2010, p. 613).

3 QUAIS PRÁTICAS E POSTURAS PODEM SER ADOTADAS POR PESSOAS BRANCAS NA LUTA CONTRA O RACISMO?

A questão da presença de brancos na luta por igualdade racial na atualidade é alvo de debates e olhares desconfiados. Não é para menos, levando em consideração que “embora um sujeito branco construa-se em processo político antirracista, ele goza dos mesmos privilégios raciais do branco racista” (LOPES, 2013, p. 140), mencionando também algo bastante explicitado neste artigo: o racismo só existe porque os ancestrais dos sujeitos brancos hodiernos o criaram. Porém é relevante ponderar que “se não entendemos a possibilidade do branco ser antirracista, não reconhecemos, na prática política antirracista em geral, o foco de superação ao racismo” (LOPES, 2013, p.143), desse modo, a inferência desses sujeitos nos movimentos contra a discriminação racial é fundamental para seu êxito efetivo.

Mas afinal, quais práticas e posturas podem ser adotadas por pessoas brancas na luta contra o racismo? Para responder esse ponto, além do diálogo entre as fontes, utilizou-se entrevistas orais como método de investigação e técnica para a coleta de dados. Segundo José de Assunção Barros (2008) esse método é um importante instrumento para novas postulações, pois, por meio dele “o historiador produz as suas próprias fontes, provocando, através de entrevistas direcionadas ou

livres, o depoimento dos agentes sociais a serem examinados (indivíduos singularizados ou indivíduos que representem grupos ou classes)” (BARROS, 2008, p. 8).

Importa destacar, essas entrevistas se deram sob o formato remoto, via *Google Meet*, em decorrência não só do período pandêmico, como também da distância geográfica da pesquisadora e suas entrevistadas, como se verá a posteriori.

A primeira a ser entrevistada foi Irizane Clementino de Lima Vieira, domiciliada no estado do Acre, mulher cisgênero, heteroidentificada branca, graduada em Letras, com especialização em Gestão de Projetos Sociais e Políticas Públicas, Irizane ocupa o cargo de chefe da Divisão de Educação em Direitos Humanos e Diversidade da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre, órgão cujo objetivo é o de garantir uma educação que promova o respeito à diversidade por meio de trabalhos com estatutos (da Pessoa Idosa e o da Criança e Adolescente), oportunizando aos alunos das redes pública e privada discussões sobre gravidez na adolescência e palestras voltadas à violência contra a mulher. Dentro desses trabalhos, se tenciona o cumprimento da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003⁴, e da Lei nº 11.645, de março de 2008⁵.

A segunda entrevista foi realizada com Cristiane Ostermann, residente no estado do Rio Grande do Sul, mulher cisgênero, autodeclarada branca, jornalista, formada pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS), pós-graduada em Gestão da Responsabilidade Social e Empresarial, pela Faculdade de Fátima, em Caxias do Sul. Atualmente trabalha com Produção Cultural e coordena o Projeto “MudaMundo” para incentivar o resgate de valores à cidadania, auxiliando professores e alunos de escolas públicas. Nesse Projeto, há a produção de livros nos quais o protagonista é uma criança negra, dotada de uma consciência social impecável, o que traz representatividade e positiva a imagem dos negros.

Ao compartilhar um pouco da sua história, Ostermann (2022), conta que seu primeiro contato com o racismo se deu através de sua criação, pois embora seja descendente direta de alemão, tendo uma família majoritariamente branca, ela foi criada com auxílio de uma mulher negra, contratada por sua mãe biológica para trabalhar em sua casa, sob a “exigência” de manter os estudos. A então funcionária, a quem Ostermann passou a considerar como mãe, concluiu o Ensino Médio, graduando-se em uma Universidade. Conforme relato da jornalista durante viagens e em saídas com a família, presenciou várias situações racistas contra aquela mulher a quem tanto

⁴ Lei que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da Rede de Ensino.

⁵ Lei que estabelece a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

considerava, situações que construíram a sua mentalidade antirracista, dada a indignação que sentia ao testemunhar tais coisas.

E para fechar a amostra, a terceira e última entrevistada foi Ana Cláudia Magnani Piagge, domiciliada no estado de São Paulo, mulher cisgênero, autodeclarada branca, artista, bonequeira, graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestra pelo Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, com a dissertação cujo tema é "Corpografia de Afetos: corpos, poder e relações sociais", defendida no ano de 2022, e com especialização em andamento em Programa de Formação Didático-Pedagógica Univesp/Unesp.

De acordo com relato de Piagge (2022) em seu ofício de bonequeira, observou que suas encomendas eram preponderantemente de bonecas brancas, fato que a incomodou. Com intuito de mudar essa realidade, decidiu cursar Licenciatura em Pedagogia para ter a oportunidade de se adentrar em outras perspectivas de trabalho com brinquedos. Nesse contexto, ao ir para campo se deparou com uma realidade dura, por vezes, violenta vivenciada pelos alunos do ensino infantil. Somado a esses fatos, participou de três iniciações científicas, nas quais teve contato com duas orientadoras negras que estimulavam-na a repensar a questão racial.

Seguindo com o relato Piagge (2022), afirma que em sua trajetória acadêmico-científica observou que as crianças negras negavam as suas raízes e não gostavam da sua cor. Em contrapartida constatou que as crianças brancas da periferia de São Paulo não tinham consciência do racismo, observando também que havia uma hierarquia entre as crianças, pois “todas as violências ligadas a gênero e classe eram sempre sobre as crianças negras, enquanto as crianças brancas não tinham esses mesmos problemas” (PIAGGE, s.p, 2022.).

Todas as entrevistas foram a priori semiestruturadas através do *Google Formulários*, contendo as seguintes perguntas como cerne: 1) Nome? 2) Gênero? 3) Pertencimento étnico-racial? 4) Titulação? 5) Atuação Profissional? 6) Área de formação? 7) Área de Especialização? 8) Histórico de luta na Educação Antirracista? 9) Como pessoas heteroidentificadas brancas podem contribuir com a luta antirracista?

Ao serem indagadas com a última pergunta acima listada, é unânime entre as entrevistadas que o primeiro passo para a atuação de pessoas brancas na luta antirracista se apoia no reconhecimento da existência do racismo e das prerrogativas que brancos possuem em detrimento dos negros. Irizane Vieira é enfática ao dizer que é imprescindível que o sujeito não negro “se enxergue enquanto ser pertencente da raça privilegiada desse sistema” (VIEIRA, s. p., 2022). Tais respostas dialogam com os escritos de Denise Carreira (2018):

(...) ser sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições. Reconhecer que fomos educadas e educados para não nos reconhecermos como pessoas brancas, mas como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder. (CARREIRA, 2018, p. 134).

Outrossim, Ostermann (2022) e Vieira (2022) ressaltam mais duas posturas basilares para que brancos assumam a fim de contribuir com a luta contra o racismo, sendo elas a busca por conhecimento sobre as relações étnico-raciais e por referências positivas de negros, seja na mídia, na política ou em qualquer outro setor da sociedade. Sobre isso, Denise Carreira (2018) escreve que uma forma de reeducar-se como ser antirracista é ter “contato com a literatura, com o cinema, com a música, com a produção cultural, com a experiência de vida das pessoas negras” (CARREIRA, 2018, p. 134), pois são tão importantes “quanto o acesso às pesquisas e aos estudos, às matérias jornalísticas e às estatísticas que escancaram os números das desigualdades raciais como fenômeno social” (CARREIRA, 2018, p.134).

Ostermann (2022) acrescenta que além de buscar por referências positivas de negros e difundi-las, é essencial que brancos consumam produtos confeccionados ou vendidos por negras, como também ofereçam, se for o caso, empregos para negros e negras, até mesmo para reparar o dano advindo do racismo.

Piagge (2022) destaca que é preciso ter firmeza nos ideais da luta em favor da igualdade racial, haja vista a questão do “não-lugar de fala”, já que os brancos antirracistas “vivem o conflito de, por um lado, pertencerem a um grupo opressor e, por outro lado, colocarem-se contra a opressão” (CARDOSO, 2010, p.623). Esse é um ponto que precisa ser trabalhado na mentalidade da sociedade em geral, porque quando se postula que “branco não tem espaço no combate ao racismo”, se perpetua ainda mais essa patologia social, sobrecarregando, inclusive, os negros, presumindo que essa pauta é de responsabilidade exclusivamente deles, quando se sabe que brancos podem ser aliados e possuem sim papel fundamental enquanto sujeitos que se posicionam em oposição à herança racista de seus antepassados. Sobre isso Maria Aparecida Bento (2002) descreve: “A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado” (BENTO, 2002, p. 6).

Por fim, a presente pesquisadora acreana, fazendo uso de suas atribuições enquanto mulher branca, componente do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac) e egressa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) no projeto "Educação das Relações Étnico-Raciais e suas práticas pedagógicas nas escolas do

estado do Acre”, sob orientação da Prof^a. Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha, compactua com todos os posicionamentos aqui apresentados, acrescentando a importância da produção científica com foco na área com forma de descolonizar-se. Outrossim, reforça que uma postura essencial no combate ao racismo é o letramento racial, abolindo palavras e expressões de cunho racistas, como é o exemplo de “criado-mudo”, “escravo”, “ovelha negra”, “denegrir” e tantos outros exemplos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inferência de pessoas brancas na luta antirracista, ainda que árdua no sentido de reconstrução individual e coletiva dos indivíduos engajados, se compõe como importante aliada nas ações de enfrentamento ao racismo. Lourenço Cardoso (2008; 2010) cita que essa é uma tarefa a ser realizada cotidianamente, ou seja, todos os dias, seja com o simples letramento racial, seja com reflexões mais profundas.

Em conformidade, Denise Carreira (2018) versa que é preciso enfrentar o desconforto e se expor aos debates concernentes às questões étnico-raciais, ainda que nos confronte e nos tire da zona de conforto que a branquitude nos colocou.

Conclui-se, portanto, que os resultados desta pesquisa escancaram a viabilidade da atuação de sujeitos brancos na luta por uma sociedade justa e sem racismo, ao passo que se reconhecem como sujeitos dotados de privilégios advindos do racismo estrutural, questionam essa realidade e buscam conhecimento sobre a temática étnico-racial. Mostram também que racismo não é um “problema do negro”, mas sim das instituições públicas e da sociedade como um todo, incluindo os descendentes daqueles que o criou: os brancos. Somente através desse esforço mútuo que enfim e gradualmente essa herança pútrida racista findará.

REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUC, 2014.

BARROS, José D’ Assunção. O projeto de pesquisa – aspectos introdutórios. **Revista Travessias**, v. 2, n. 1, 2008.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.) **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica**: a supremacia racial e o branco anti-racista. Ver.latinam.cienc.soc.niñez juv [online], v. 8, n.1, p. 607-630, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 abr. 2022.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007). 2008. 231fls. Dissertação (Mestrado em Pós-Colonialismo e Cidadania Global). - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal, 2008.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **Revista Internacional de Direitos Humanos** – v.15 n. 28, p. 127-137, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=Branquitude+antirracista&btnG=#d=gs_qabs&t=1650058126371&u=%23p%3DY7klvMPkLZAJ. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÉLIX, Loiva Otero. Pesquisando memórias, construindo História. In: FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória**. A problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 63-98.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4.ed.rev.amp. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LOPES, Joyce Souza. Pontuações e proposições ao branco/a e à luta antirracista: ensaio político-reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude. V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. **Anais** [...]. Paraná, p. 134-150, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=Branquitude+antirracista&btnG=#d=gs_qabs&t=1650058479842&u=%23p%3DdSWwS6jW1LcJ. Acesso em: 15 abr. 2022.

LOPES, Joyce Souza. **Lugar de branca/o e a/o “branca/o fora do lugar”**: representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA. 255 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia) —Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

IBGE. Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor e Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. n. 41, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-porcor-ou-raca.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OSTERMANN, Cristiane. Entrevista concedida a Geovanna Moraes de Almeida. Rio Branco - Porto Alegre, 21 maio. 2022.

PIAGGE. Ana Cláudia Magnani. Entrevista concedida a Geovanna Moraes de Almeida. Rio Branco - São Paulo, 21 maio. 2022.

VIEIRA. Irizane Clementino de Lima. Entrevista concedida a Geovanna Moraes de Almeida. Rio Branco, 20 maio. 2022.

Enviado em: 17/02/2023
Aceito em: 22/02/2023